



## Comitê de Representantes

Aprovada na 1225ª sessão

ALADI/CR/Ata 1213  
4 de agosto de 2015  
Horário: das 16h20 às 18h06

### ATA DA 1213ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

Conferência “*As perspectivas da integração vistas desde o Brasil e o Uruguai*”,  
a cargo do senhor Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial para Assuntos  
Internacionais do Brasil, e do senhor José Mujica Cordano, Senador e Ex-Presidente  
da República Oriental do Uruguai

---

Preside:

JUAN ALEJANDRO MERNIES FALCONE

Assistem: Rubén Javier Ruffi, Facundo Patricio Nejamkis, Pablo Ducros, Victorio Tomás Carpintieri (Argentina), Benjamín Blanco Ferri, Jenny Encinas (Bolívia), Maria da Graça Nunes Carrion, George Ney de Souza Fernandes, Roberto Goidanich, Félix Baes de Faria, André Jafet Bevilacqua, José Vitor Carvalho Hansem, Rodrigo Olivera Govedise, Rodrigo de Macedo Pinto, Pedro de Andrade, Adriano Botelho, Alessandro Segabinazzi, Michael Nunes Lawson (Brasil), Alex Rodrigo Chaparro Cavada (Chile), Alejandro Borda Rojas (Colômbia), Emilio Rafael Izquierdo Miño, Gustavo Anda Sevilla (Equador), Alejandro de la Peña Navarrete, Oscar Ricardo Gallegos Sánchez (México), Elvia Graciela Martínez Moor (Panamá), Raúl Cano Ricciardi, Pedro Villalba (Paraguai), Augusto Arzubaiaga Scheuch, María de Fátima Trigoso Sakuma, Olga Lukashevich (Peru), Juan Alejandro Mernies Falcone, Pilar Silveira (Uruguai), Juan Carlos Gómez Urdaneta, María Luisa de Paz Rivas, Milagros Carolina Guevara Salabarría (Venezuela), Jaime Sotelo (El Salvador), Manuel García Domínguez (Espanha), Roberto Leva Rapela (Guatemala), Gladis Genua (CAF), Antonio Donizeti (IICA) Ricardo Domínguez (OEA), Aldo García (PNUD), Alejo Ramírez (SEGIB), Claudia Gintersdorfer, Rossana Bonanni (União Europeia).

Secretário-Geral: Carlos Alvarez

Subsecretário: Pablo Rabczuk

Convidados especiais: Carolina Cosse, Ministra de Indústria, Energia e Mineração do Uruguai; Dante Dovená, Embaixador da Argentina no Uruguai; João Carlos de Souza-Gomes, Embaixador do Brasil no Uruguai; Julio Chirino, Embaixador da Venezuela no Uruguai; Óscar Pastore, Diretor da Secretaria do MERCOSUL; Alexandre Kessler, Conselheiro da Embaixada do Brasil no Uruguai; Andrea Rosconi, Ministra, María Emilia Vicente Lago, Secretária, Embaixada da Argentina no Uruguai; Cecilio Crespo, funcionário da Embaixada da Venezuela no Uruguai; Nelson Simatovich, Cônsul Geral a.h. de Suriname no Uruguai; senador Luis Rosadilla, Câmara de Senadores do Uruguai; senadora Mónica Xavier, Câmara de Senadores do Uruguai; Belela Herrera, Ex Vice-Chanceler do Uruguai; Gerardo Adippe, Administração Nacional de Portos; Fernanda Cardona, Diretora Geral do Ministério de Indústrias, Energia e Mineração do Uruguai; Nelson Fernández, Diretor das Relações Internacionais da Prefeitura de Montevideu; Verónica Ríos, Coordenadora da Unidade Técnica do FOCEM-UTF; Daiana Ferraro, Coordenadora da Secretaria do MERCOSUL; Mariana Vázquez, Coordenadora da Unidade de Promoção Social do MERCOSUL; Mayki Gorosito, chefe de Assessores da Unidade de Apoio à Participação Social do MERCOSUL; Ignacio Hernaiz, Diretor do Instituto Ibero-Americano de Educação em Direitos Humanos; Julio Durante, Presidente de ANMYPE; Ángel Rubén Piazza, Presidente da Câmara de Comércio uruguaio-argentina; Lucía de la Fuente, Câmara Mercantil de Produtos do País; Javier Volonté, Ignacio Lavagna, Câmara Uruguai-Venezuela; Gonzalo González Piedras, Câmara Mercantil de Produtos do País.

---

PRESIDENTE. Boa tarde. Iniciamos a sessão extraordinária 1213 deste Comitê de Representantes da ALADI.

Senhora Ministra de Indústria, Energia e Mineração, engenheira Carolina Cosse; senhores Representantes; Representantes Alternos; Secretário-Geral; senhor Subsecretário; funcionários das Representações Permanentes; representantes de países e organismos internacionais observadores junto à ALADI; senhores Embaixadores junto ao Uruguai; altas autoridades de ministérios, entes autônomos e outros organismos públicos do Uruguai; senhora Presidenta da Frente Ampla, Doutora Mônica Xavier; senhores representantes de universidades, câmaras empresariais e outras instituições e organizações privadas; senhores funcionários da ALADI; senhoras e senhores, boa tarde a todas e a todos, distintos visitantes que nos honram com sua presença, sejam bem-vindos à ALADI, à casa da integração latino-americana.

Por último, e não menos importante, dou as boas-vindas ao senhor Senador e Ex-Presidente da República, José Mujica Cordano, e ao senhor Professor Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial para Assuntos Internacionais da Presidência do Brasil, cuja presença agradecemos muito especialmente nesta importante ocasião.

Tenho a alta honra de presidir esta sessão extraordinária do Comitê de Representantes da ALADI, dedicada a receber dois ilustres convidados, que ministrarão uma palestra sobre as perspectivas da integração segundo a visão do Brasil e do Uruguai.

Nesse sentido, quero destacar e agradecer especialmente as gestões do senhor Secretário-Geral, prezado amigo Chacho Alvarez, que fizeram possível a nossa reunião de hoje para ouvir estas duas destacadas personalidades, que, sem dúvida, farão intervenções muito interessantes e ilustrativas sobre a integração regional.

Como os senhores sabem, a ALADI é o organismo intergovernamental criado a partir do Tratado de Montevideu de 1980, que continua o processo iniciado pela ALAC em 1960.

Como assinalado no Tratado, seus 13 países-membros agem persuadidos de que a integração econômica e regional constitui um dos principais meios para que os países da América Latina possam acelerar o seu processo de desenvolvimento econômico e social a fim de garantir um melhor nível de vida para os seus povos, tendo como objetivo a longo prazo o estabelecimento de um mercado comum latino-americano.

Como nos lembra Chacho, sempre apropriadamente, a ALADI é a casa da integração latino-americana. Nela convivem – em sua diversidade, mas com o objetivo comum da unidade latino-americana – os diversos projetos de integração que têm surgido na região após sua constituição.

Nesse sentido, os dois conferencistas convidados, que nos honram com sua presença e que abordarão, precisamente, a integração regional segundo a perspectiva dos seus dois países, são amplamente conhecidos e reconhecidos por todos os aqui presentes. Não é necessário, portanto, abundar em detalhes biográficos.

Sem prejuízo disso, queria destacar, sobre o professor Marco Aurélio Garcia, que tem estado vinculado ao Partido dos Trabalhadores em sua fundação e à figura do seu líder, Luiz Inácio Lula da Silva. Foi, aliás, presidente interino do PT de outubro de 2006 a janeiro de 2007, e o seu vice-presidente de 2005 a fevereiro de 2010. Como secretário das Relações Internacionais do PT foi um dos fundadores do Fórum de São Paulo.

De 2007, o professor García ocupou o cargo de assessor especial para Assuntos Internacionais da Presidência do Brasil, cargo que ocupa até hoje e no qual teve uma destacada participação na política internacional do seu país, graças à sua relação direta tanto com o ex-presidente Lula da Silva quanto com a presidente Dilma Rousseff.

Nesse sentido, em numerosas declarações, o professor Marco Aurélio Garcia tem feito referência à firme decisão do Brasil quanto ao processo de integração regional no âmbito de um mundo multipolar e com a visão de que a América do Sul ocupe um lugar privilegiado no mundo, pelo predomínio de regimes democráticos em toda a região, por ser uma zona desmilitarizada e desnuclearizada, por suas reservas de energia, seus grandes recursos alimentares e, sobretudo, pelo seu processo de inclusão crescente dos seus habitantes no processo de desenvolvimento.

Quanto ao senhor senador e ex-presidente da República, José Mujica, a sua trajetória de vida é amplamente conhecida no país e na região. A isto deve ser acrescentado que, nos últimos anos, tal trajetória, sua filosofia e estilo de vida, suas palavras em diversos fóruns internacionais e as características com que enfrentou o exercício da presidência da República adquiriram uma inusitada projeção internacional, que o transformou num referente conhecido mundialmente.

O seu compromisso militante e sua carreira política com a volta da democracia o conduziu primeiro a ser deputado e depois a ser senador pelo Movimento de Participação Popular, bem como ministro de Pecuária, Agricultura e Pesca entre 2005 e 2008. Finalmente, foi eleito presidente da República em 29 de novembro de 2009, cargo que exerceu de 1.º de março de 2010 até entregar a presidência ao atual presidente da República, Dr. Tabaré Vázquez, dia 1.º de março passado.

Sua visão estratégica e seu compromisso político com a integração regional e com o desenvolvimento dos povos da América Latina, que definiu como o continente da paz, da justiça e da solidariedade, constituem as principais características da sua gestão.

A esse respeito, gostaria de lembrar, como exemplo da sua visão e da sua liderança na construção de um espaço comum, as seguintes frases do seu discurso de posse como presidente da República junto à Assembleia Geral: “os latino-americanos, aos trancos, estamos tentando construir mercados mais amplos. E como é difícil! Somos uma família balcanizada que quer se juntar, mas não pode. Talvez, fizemos muitos belos países, mas continuamos fracassando em fazer a pátria grande, pelo menos até agora. Não perdemos a esperança, porque ainda estão vivos os sentimentos. Do Rio Bravo às Malvinas, há uma só nação: a Nação Latino-Americana”.

Sei que todos queremos ouvir o senador e ex-presidente da República, José Mujica, e o professor Marco Aurélio Garcia. Só quero reiterar a importância de dedicar uma sessão extraordinária deste Comitê de Representantes a ouvir a opinião dos dois ilustres conferencistas, que, mediante sua trajetória e sua projeção nacional e internacional, demonstraram a importância que outorgam à integração regional da nossa América Latina.

A seguir, ofereço a palavra ao senhor Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Muito obrigado. Serei muito breve. Quero agradecer a todos os que nos acompanham hoje e agradecer muito a presença do ex-presidente Pepe Mujica e de Marco Aurélio Garcia.

Temos que aproveitar esta sessão. Talvez, depois das exposições, os representantes possam fazer comentários ou alguma pergunta. Isto deve ser diferente, talvez, parecido com um debate, que seria muito bom para aproveitar ao máximo duas figuras que são muito emblemáticas na América Latina.

Conheci Marco Aurélio em meados dos anos 80, inícios dos 90, e devo dizer que é um dos homens que melhor conhece a América Latina, os seus processos políticos, econômicos, os atores de diversos momentos da política latino-americana. Devem existir poucos dirigentes políticos, equipes políticas, que conheçam tão profundamente a América Latina e que despertem respeito da maioria dos protagonistas da nossa região.

Com uma combinação muito singular, em que se cruzam a política, a diplomacia, a intelectualidade, a academia, é muito difícil encontrar em outras personalidades esse olhar multifacetado do Marco Aurélio Garcia.

É um homem que vem trabalhando desde sempre com o ex-presidente Lula, desde o início desse projeto que foi, e que é, o PT, no Brasil. É por isso que temos que aproveitar muito a sua presença aqui.

Não vou dizer aos amigos uruguaios o que significa a presença do ex-presidente Mujica. Eu tive a sorte de ser testemunha da popularidade latino-americana de Mujica. Vou contar uma história: em uma viagem que fizemos juntos, creio que ao México ou ao Panamá, eu estava sentado ao lado de uma senhora que me disse: “Eu posso pedir ao presidente Mujica um autógrafo para a minha mãe?”. A senhora morava no interior da Venezuela, era crítica do processo de Chávez e pedia um autógrafo ao Mujica para sua mãe.

Não há em Mujica apenas uma ideia de projeção internacional e latino-americana, mas uma referência iniludível aos processos de transformação em nossa região.

Eu também vivi a experiência, nas principais cúpulas políticas regionais ou sub-regionais, de que sempre se esperava, com grande interesse – eu diria, com o maior interesse – a palavra de Pepe Mujica. Os participantes poderiam concordar ou não, mas sabiam que se o Pepe Mujica falava alguma coisa ia ser diferente, provocativa ou, simplesmente, ia ser o estopim para discussões, ou parte de uma reflexão mais profunda, mas há na trajetória, na gestão e na perspectiva do Pepe Mujica uma riqueza extraordinária para a nossa região.

Esta acumulação de ativos que temos é muito importante, de dirigentes com tão alto nível de representatividade e de prestígio na nossa América Latina.

Termino dizendo que estamos em um momento diferente e difícil da integração e que neste momento, diferente e difícil, personalidades como Marco Aurélio e como o Pepe Mujica são fundamentais para que este processo não perca força, não perca intensidade e para que possamos continuar avançando.

Muito obrigado, Presidente Mujica. Muito obrigado, Marco Aurélio, por estar aqui conosco.

PRESIDENTE. Muito obrigado, senhor Secretário-Geral. Gostaria de oferecer o uso da palavra ao senhor professor Marco Aurélio Garcia.

MARCO AURÉLIO GARCIA. Saúdo o presidente e o secretário-geral da ALADI e também a todos os embaixadores que nos acompanham e todos os amigos aqui presentes.

Também, quero dizer que é uma grande honra para mim visitar a ALADI depois de tanto tempo. Não posso deixar de invocar um embaixador que honrou a diplomacia do meu país, que esteve aqui, o embaixador Bernardo Pericás, que nos deixou há alguns meses e a quem eu rindo homenagem. Também, quero render uma homenagem a esta casa que, como alguém falou, é como uma casa de amigos.

Gostaria de dizer a vocês o seguinte: eu estou de férias e aceitei, com prazer, este convite. Estou aqui ao lado, em Buenos Aires, mas quero advertir que, ao dizer que estou de férias, quero também dizer que não tudo o que eu diga aqui representa o pensamento do meu governo. Obviamente, estou em sintonia com a política do meu país, mas quero me permitir, pelo fato de estar de férias, certa liberdade que eu não teria em condições normais.

O meu amigo Chacho me disse que teríamos mais ou menos vinte minutos. Sinceramente, depois de vinte minutos, não dizemos coisas muito relevantes. Às vezes, nem as dizemos sequer. Quero dizer o seguinte: em condições normais, a minha tendência seria apresentar um resumo dos conceitos de integração sul-americana desenvolvidos pelo Brasil a partir de 2003 – o que não significa que antes disso não existisse uma perspectiva sul-americana muito forte em nossa política externa – mas creio que depois de 2003, exatamente com o início do primeiro governo de Lula, demos um foco maior a esse tema, que chamamos a opção sul-americana.

Muito recentemente, em uma conversa para diplomatas sul-americanos no Brasil, eu tive a oportunidade de resumir um pouco estas posições, que, em breve, irão sair num livro no Brasil. Isso foi em abril de 2015. Assim como comecei a falar, percebi que todo o discurso sobre o processo de integração não apenas sul-americana, mas latino-americana, e toda a perspectiva que o Brasil tinha sobre essa temática, precisava de certa precisão. Essa precisão tem a ver, em grande parte, com o que o Chacho nos disse. Nós não estamos vivendo um momento qualquer; estamos, sem dúvida, enfrentando uma situação complexa, difícil, que é consequência, em primeiro lugar, da incidência dos fatores internacionais sobre a nossa região, mas também consequência dos fatores internacionais sobre a nossa região e de impasses de situações complexas e difíceis que estão sendo desenvolvidos em nossos países, pelo menos, na maioria dos países da América do Sul e, inclusive, no meu país, como vocês podem normalmente ver na imprensa, embora a imprensa não sempre divulgue o que realmente está acontecendo, mas esse não é o caso.

Eu digo isto porque é evidente que estou tentando estabelecer uma conexão entre o processo de integração da nossa região, América do Sul, mas também da América Latina e o Caribe, de forma geral. Nesses últimos 15 anos, não teríamos passado por este processo se não tivéssemos tido as importantes transformações que ocorreram em muitos dos nossos países. São transformações diferentes, que respondem concretamente a dinâmicas nacionais que têm histórias próprias e que, por mais que algumas linhas de continuidade entre elas podem ser estabelecidas, não creio que possam ser reduzidas a um denominador regional; elas têm uma impronta nacional muito forte, que há que respeitar.

Se essa transformação não tivesse acontecido em vários dos nossos países, no Brasil, no Uruguai, na Argentina, no Chile, na Bolívia, na Venezuela, no Equador, no Paraguai, em todos, e inclusive em aqueles países onde essas transformações não foram tão intensas, de qualquer forma sofreram os efeitos desse movimento. Se isso

não tivesse acontecido, não poderíamos ter vivido em nossa região uma transformação tão ampla como a que aconteceu.

Em 2003, quando tivemos uma mudança importante no Brasil – não quero fazer da mudança no Brasil um momento fundacional dessa transformação, porque a transformação ocorreu em várias etapas – tínhamos uma situação que era basicamente a seguinte: do ponto de vista interno, existia certo esgotamento das medidas de ajuste que tinham sido propostas, sobretudo, nos anos 80 e 90, e que não resultaram no estabelecimento de um equilíbrio macroeconômico, mas na criação de uma situação de recessão em muitos países, de desemprego, de incremento da pobreza, etc.

Essa transformação que fizemos lá e que com signos diversos também foi se realizando em outros países da região, teve algo interessante, porque, ao tempo que sugeria uma agenda interna para os nossos países, também sugeria a necessidade de uma aproximação maior entre os países.

Esse é um rasgo muito particular da América Latina e da América do Sul. Experiências com forte conteúdo nacional diferente do que ocorre em outras regiões do mundo, na Europa, por exemplo, não são experiências nacionalistas excludentes do fenômeno da integração; pelo contrário, são experiências que acompanham mudanças internas, de forte conteúdo nacional, muitas vezes nacionalista, como a necessidade de procurar uma integração mais ampla.

Várias das manifestações históricas, inclusive em nosso continente, o que foi o Cardenismo no México, o Aprismo no Peru, o Peronismo na Argentina e os fenômenos mais recentes, como o Chavismo na Venezuela e, inclusive, o fenômeno do PT no Brasil, sempre que mantinham uma parte dessa dimensão nacional muito forte, muitas vezes nacionalista, optavam também por uma aproximação maior com os países vizinhos e, portanto, sugeriam uma proposta de integração.

Em nosso caso, no caso brasileiro, o que nós vimos quando começamos essa experiência foi que devíamos enfatizar o tema da integração e enfatizá-la não apenas na dimensão comercial, que era a dimensão que estava sugerida em grande medida pelo MERCOSUL – embora o MERCOSUL não estivesse reduzido somente a isso, crescido já nesse período – mas que deveríamos pensar concretamente que, em um mundo que caminhava cada vez mais rumo à multipolaridade, o que deveríamos ver era se nós tínhamos condições de transformar a América do Sul em um polo e para isso, obviamente, o MERCOSUL não era o instrumento, porque o MERCOSUL tinha uma limitação da tarifa externa comum.

Por tanto, tínhamos que pensar em outros instrumentos de unificação que não fossem simplesmente instrumentos tarifários. Pensamos, então, que, por uma parte, tínhamos que estimar quais eram as cartas de triunfo que a região tinha e, por outra, ver quais os déficit que tínhamos e como potencializar alguns e como resolver os outros.

As cartas de triunfo estavam muito claras. Era uma região com grande potencial energético, talvez um dos maiores potenciais energéticos, se somássemos todas as formas de energia que temos; era uma região com grande diversidade de minérios, desde os minérios da primeira revolução industrial até os da última, da novíssima revolução industrial, como o caso do lítio, por exemplo. Era uma região que tinha uma enorme capacidade produtiva do ponto de vista dos alimentos e não mais de uma agricultura primária exportadora, como no passado, mas uma agricultura estava ganhando cada vez mais participação de ciência e tecnologia. Temos vários dos

nossos países onde isto é de uma verdade absoluta; de uma região de uma grande biodiversidade, grandes reservas de água; não vou dar todos os instrumentos, todos os elementos, mas simplesmente chamar a atenção para algo que me parecia fundamental, era uma região que, pela sua população, cerca de 400 milhões de habitantes, se constituía em um grande mercado de bens de consumo de massas. E esse mercado de consumo de massas passou a existir fundamentalmente quando saímos dos 400 milhões de homens e mulheres como dado demográfico e avançamos, quando esses 400 milhões beneficiados por políticas de crescimento da região e por políticas sociais de inclusão efetivamente ganharam outra dimensão.

Tudo isso, do ponto de vista de alguns elementos materiais – insisto, não são os únicos – era fundamental para que nós pensássemos em um processo de integração que fosse além da integração puramente comercial, sem, obviamente, descartar a integração comercial, que também é importante.

Havia alguns elementos imateriais que eram também elementos muito significativos, sobretudo, se comparado ao resto do mundo. Uma região democrática – temos que dizer que há 15 anos ou mais vivemos num sistema democrático na região com eleições limpas – poderá haver discussões sobre características da democracia em tal ou qual país, mas de forma geral, podemos dizer que fizemos um progresso extraordinário nessa direção, sobretudo, se levarmos em consideração o que era a América Latina há algumas décadas, quando estávamos afundados em regimes autoritários, cruéis, que tinham eliminado toda participação cidadã na vida do nosso país.

Uma região de paz, uma região sem armas de destruição massiva, onde não havia conflitos significativos étnicos, religiosos, raciais e que, portanto, oferecia ao resto do mundo um atrativo muito forte e que poderia almejar em se construir em um polo.

Para além de suas dimensões, do seu potencial, etc., o Brasil fez uma opção clara. Não se trata fundamentalmente de estar presentes só como um polo, de desejar ser um polo, mas, de certa forma, associar-se com os países da região para ter uma presença global.

Ora, qual era o déficit da região? O déficit estava no fato de que éramos, e ainda somos, infelizmente, uma região balcanizada, isto é, uma região com pouca conexão entre nós. Por tanto, o nosso grande desafio era criar instrumentos que nos permitissem avançar em direção a uma interconexão física, energética, para resolver, inclusive, alguns paradoxos que tínhamos. Eu sempre cito um deles, que considero impressionante: o fato de o Paraguai, sendo o país de maior produção de energia elétrica per capita do mundo, ter sofrido, até dois anos atrás, de *black out* em parte da sua capital; portanto, tínhamos que resolver esse problema de conexão. Como foi resolvido? Com uma decisiva contribuição do MERCOSUL quando, por meio do FOCEM, foi constituída essa linha de transmissão da hidrelétrica até Assunção. Esse foi o trabalho feito.

Esse foi o trabalho feito e eu creio que isso se constituiu em uma opção diferente, uma opção que nos permitiu pensar uma nova dimensão da integração. Foi um trabalho que teve limites, sem dúvida. Os limites estão diretamente relacionados com o fato de que tínhamos uma pequena tradição de integração, de políticas de integração.

Em segundo lugar, porque muitas vezes sofremos as dinâmicas diferenciadas dos nossos países; muitas vezes, os grandes inimigos, os grandes obstáculos que tivemos



para concretizar a integração fomos nós próprios, mas esse processo avançou e exerceu certa demonstração, tanto que adquiriu uma dimensão mais modesta, etc. A CELAC, que procurava uma integração que ia além da América do Sul, que incluía o conjunto da América Latina e o Caribe. Teremos que fazer um exame, aqui não é o momento nem tenho tempo para fazê-lo, mas gostaria de chamar a atenção sobre este fato. É uma questão que gostaria de compartilhar com vocês na discussão, sobretudo ouvir as opiniões, porque é uma novidade.

Teríamos que pensar se hoje em dia estamos vivendo as mesmas condições que tivemos em 2003, em 2004, em 2005, digamos até 2008. Porque o que aconteceu em 2008? Houve uma crise importante da economia global e essa crise que, em um primeiro momento, não teve incidência forte em nossa região – lembrem que o Lula mencionava os efeitos como uma ondinha que pegava em nossos litorais. Essa crise, depois de 2008, foi crescendo e esse crescimento da crise de hoje em dia começa a ter fatores exógenos, começa a ter consequências ruins para o nosso país.

Os elementos que todos conhecemos, isto é, o final desse período de grande crescimento, do boom das commodities, a recessão dos Estados Unidos, que é intermitente, a recessão da Europa, que é mais permanente e mais recente, inclusive o impacto que está tendo a diminuição da produção na China, um fator inovador para a região e tudo isso influenciando bastante sobre os nossos países.

Se nós vemos os preços do petróleo, do ferro, do cobre, inclusive das commodities agrícolas, percebemos o impacto que isto tem. Temos fatores externos, aos quais teríamos que somar também algumas iniciativas de políticas monetárias que os países desenvolvidos utilizaram, o *quantitative easing* feito pelos Estados Unidos, o Japão mais tarde e, em certa medida, a França, alçaram a mão e tiveram algum impacto importante em fatores exógenos.

Do ponto de vista dos fatores endógenos – quero mencioná-los apenas de modo geral – atualmente estamos enfrentando limites das políticas do tipo keynesiana, que foram lançadas em nossos países e que tiveram um efeito muito positivo em um primeiro momento, estimulando o crescimento a partir, sobretudo, de políticas sociais muito importantes, principalmente, de emprego.

Em nosso caso, o Brasil, nós criamos 22 milhões de empregos e políticas de rendas. No Brasil, os economistas detectam como um dos fatores essenciais o fato de que nós tivemos, em dez anos, um crescimento real dos salários de 57% e todo um conjunto de medidas de natureza socioeconômica que mudaram o perfil das nossas sociedades. Em alguns casos com muita intensidade, em outros, com menos intensidade, mas em todos os casos mudaram o perfil da nossa região. Creio que todos nos apaixonamos profundamente dessas transformações, não é para menos, fizemos uma grande transformação em nossos países, mas há questões, talvez essa paixão pelas transformações que fizemos não nos permitiu compreender o que tínhamos que fazer e não fizemos; isto não significa que as coisas possam ser resolvidas apenas com vontade, mas temos de dizer que muitas coisas não foram feitas e agora estamos pagando o preço.

Sem dúvida, nós temos a persistência de muitos fatores extremamente negativos para esse pontapé inicial da produção se desdobrar e ganhar mais intensidade. Ainda temos uma baixa taxa de industrialização; inclusive, em alguns países temos a queda da industrialização e, também, essa industrialização ficou retardatária com relação aos processos globais de industrialização pelo fato de que houve uma baixa incorporação de ciência e tecnologia e de inovação.

Para encerrar a minha apresentação, gostaria de chamar a atenção sobre alguns elementos de natureza sociológica. Essa transformação feita em nossos países não foi necessariamente acompanhada do que no Brasil chamamos uma *narrativa* – não sei como se diz em espanhol –, de um relato que pudesse dar conta não unicamente das transformações em curso, mas também de uma dimensão para o futuro, isto é, dos objetivos que puderem ser sugeridos, dos alvos que puderem ser atingidos por um processo de transformação.

Isto tem a ver com o fato de que as forças progressistas, em certa medida, nas últimas décadas ficaram muito preocupadas por construir grandes utopias, porque viam que as grandes utopias do século XX não estavam funcionando mais; o comunismo tinha se dissolvido, ora porque a União Soviética foi dissolvida, ora porque a outra visão do comunismo tinha mudado de perspectiva, e a socialdemocracia tinha também abandonado os valores que permitiram realizar essa grande transformação europeia, principalmente, depois da segunda guerra mundial.

Por isso, as forças progressistas foram muito prudentes no sentido de construir um relato, uma narrativa inovadora. Mas, qual é o problema? Nós habilitamos grandes transformações em nossos países e, assim, o que fizemos foi gerar expectativas em setores que estavam muito à margem da sociedade, que viviam totalmente à margem da sociedade, que entraram nessa sociedade pela via do consumo, do crédito, do emprego, da renda, etc., e que passaram a ter novas aspirações. Algumas aspirações materiais que não encontravam resposta em sociedades muito atrasadas como as nossas. No Brasil se dizia muito: “Vocês fizeram grandes transformações da porta de casa para dentro, mas não fizeram as transformações necessárias da porta de casa para fora: transporte, saúde, educação, etc., garantiram a privacidade”. Esse discurso, que não ampliou as perspectivas, aos poucos foi substituído por outro discurso, que surgiu naturalmente em sociedades nas que os poderes fáticos, imprensa, mundo da cultura, etc., persistiram sem grandes transformações. Creio que isso, então, nos sugeriu novos problemas, novos desafios perante a crise econômica por fatores internos e por fatores exógenos, que criou um quadro político de extrema complexidade.

Não quero me estender mais, não porque esteja de férias, mas porque, em primeiro lugar, falei muito, e, em segundo lugar, gostaria de deixar ao lado essas questões porque suponho que, na maioria dos países, esses problemas estão sendo abordados com maior ou menor intensidade. Seria de grande utilidade que, ao tempo que pensamos concretamente em alternativas de desenvolvimento dos nossos países e em integração, pudéssemos também discutir essas questões. Muitos dirão que são questões – como se dizia no passado – da superestrutura, que estão vinculadas, entre outras coisas, à geração de uma cultura cidadã inovadora em nossa região.

São elementos que, por mais que tenhamos uma preocupação de natureza socioeconômica, não podemos, de jeito nenhum, desprezar. Mais uma vez, estamos enfrentando desafios que são eminentemente políticos, que estão vinculados à cultura política e que nos ajudarão bastante a fazer as boas opções de natureza econômica.

Obrigado.

- *Aplausos*

PRESIDENTE. Muito obrigado, Professor Garcia, pela sua visão sobre o passado recente e, sobretudo, pelas preocupações e pelos elementos que deverão ser enfrentados.

Gostaria de oferecer a palavra ao senhor senador e ex-presidente da República, José Mujica.

JOSÉ MUJICA CORDANO. Muito obrigado. O meu agradecimento a esta rodada de latino-americanos, no sentido mais amplo. Quero transmitir que é muito provável que eu seja subjetivo. Começo a me cansar da longa viagem e peço que o levem em conta; o meu jeito de falar e de definir é, por vezes, um pouco dura, mas não posso deixar de dizer o que eu penso, no acerto e no erro.

Eu penso em nossas repúblicas: a continuação de duas potências colonizadoras feudais; é ali que começa a nossa história. A nossa independência ocorreu em um momento em que a sociedade industrial conformava suas bases fundamentais e definitivas ao redor do Canal da Mancha e foi assim que chegamos tarde à independência e dependentes. Como dizia Unamuno: “Que coisa curiosa: cada porto acabou levantando uma nação”. Ao tempo que começávamos a ser independentes, ficávamos inseridos ou dependentes do mercado mundial. De qual dependíamos?

Creio que essa história, de certa forma, se reflete até hoje, embora tenha passado muito tempo e existam agora outros fatores, mas está em nossa semente, continuamos sendo dependentes, estamos na beira do mundo, chegamos atrasados, perdemos em termos de intercâmbio, perdemos nossos melhores talentos, a nossa pesquisa é muito fraca.

Quando falamos em integração, sempre falamos em comércio e sempre começamos pelo comércio. Já fizemos cinco, seis ensaios, sempre pelo comércio e, inclusive agora, nas últimas intenções, sobre os acordos que têm a ver com o Pacífico, nos questionamos se somos nós a força integradora ou se, mais uma vez, os Estados Unidos estamos tentando pôr um limite para frear a China. Somos nós ou alguém nos conduz? Tudo isto pode ser discutível. Quantos anos passaram desde a rodada do GATT até o fracasso da OMC? Sonhamos com um mundo com certas regras comerciais, cada vez mais aberto, mas não foi possível. A força produtiva formidável começava a puxar por uma liberação do mundo nas relações comerciais, mas não foi assim, não pôde ser.

Muitos dentre nós nascemos em um mundo bipolar e assistimos a um mundo que parecia que ia ser unipolar até o fim da história, e não foi sequer o fim de uma história em quadrinhos. Hoje, vivemos em um mundo que está construindo polos. Estamos presenciando, para além dos vaticínios, um mundo porfiado que disse “não” às regras da OMC. Há mais de 300 tratados de livre comércio assinados e estamos discutindo outros. Isto quer dizer que não há livre comércio. Este é o mundo de hoje. Todas nossas tentativas na América começaram, mas foram se paralisando, como esclerosadas no tempo, por má intenção? Não.

Eu creio – serei sintético – que se nós sonhamos que a integração será o fruto consciente da construção da nossa burguesia, então podemos esperar sentados, porque estamos pedindo às nossas fracas burguesias algo que não podem fazer. Eu tive esta discussão em São Paulo, com um grupo grande de empresários. Eu reclamei muito porque, pelo seu tamanho eles deviam – eu não ia lhes pedir que fossem socialistas – não ter a intenção de colonizar, mas de procurar aliados dentro das diversas formas capitalistas da nossa América Latina, porque devíamos contribuir para a criação de um sistema de empresas que, na área internacional, pudessem incidir e a responsabilidade dessa condução, por tamanho, era deles.

Porém, os empresários também são deste continente, também são dependentes, eles têm que pensar em cada fim de mês. Estratégia a longo prazo? Ora bolas! Eu

tenho que tentar sobreviver, eis aí a função da política. Creio que a integração não tem avançado mais por fraqueza política. Tenho que dizê-lo com todas as letras: não posso pedir às burguesias emergentes um papel que deve ser cumprido pela política. Cada vez que temos que considerar os interesses gerais, nos limitamos a construir a visão do nosso problema, do estado nacional, porque cada governo tem que chegar ao fim das eleições e tem que pensar na seguinte e o problema geral integral se perde, fica fraco. Há mais: se a integração, em sua fase germinal, ideológica, foi o sonho dos libertadores, ela é a autodefesa das gerações futuras dos latino-americanos, mas este é um fenômeno intelectual que captamos os que lemos alguns jornais por dia. Com isto, quero dizer que não temos tido a inteligência política de transmitir às grandes massas que a história do seu salário, do seu porvir, da sua cultura, da sua identidade também é possível com a integração, e a integração tem intelectuais, às vezes, fotos de homens de governo, mas não tem massa, e essa é a maior ameaça.

Os povos estamos estagnados no nacionalismo e no nacionalismo curto. Sempre chegamos atrasados, quando temos que pensar cada vez mais em uma nacionalidade comum, no interesse comum, na federação de república, na construção de um beiral que nos proteja. Porque temos que pensar cada vez mais nisso? Porque este mundo, em que fracassaram a OMC e as regras comerciais, está se organizando em gigantescos polos, não por milagre. Podemos criticar muito a Europa, mas ela leva mais de 60 anos nessa aventura e está funcionando. Todo mundo sabe que a China é um estado multinacional de dimensões enormes e ali, à sombra, está esperando a Índia, e também estão os Estados Unidos, a primeira potência, de longe, em capital e alta tecnologia está ali com o seu espaço vital. O que vamos fazer nós, sulistas, atomizados em uma república com esse mundo? Vamos negociar. Não temos que nos juntar pelo sonho de Bolívar; temos que encontrar fórmulas para defender o nosso futuro, senão, somos folhas ao vento neste mundo de mastodontes sem a capacidade de transmitir isto às grandes massas. Convocamos as massas para que nos votem, mas não as educamos, não as formamos, e depois falta-nos a força do seu fôlego que tem que estar como elemento decisivo de qualquer política de futuro.

Eu penso que a humanidade está entrando a outra época e muito rápido. Daqui a 20 ou 25 anos não haverá, no mundo, jovem que não saiba, pelo menos, duas línguas: a nacional e algo de inglês. Há uma revolução digital. Isto não quer dizer acumular mais aparelhos; isto trará mudanças de qualidade. O papel das fronteiras da nossa cultura não é, necessariamente, o papel da fronteira das gerações que vêm. Por acaso não percebemos que eles são diferentes? Não percebemos que eles andam nas ruas viajando o tempo todo e vemos mexicanos, portugueses, alemães. Vemos jovens que percorrem o mundo com uma mochila. O mundo que virá não é como o nosso. Isto porque estamos em um barco comum, cada vez mais apertados, e esta civilização que emerge da Mancha está tomando as rendas do mundo inteiro, mas sem governança.

Já houve várias globalizações. Ao final das contas, Roma foi uma globalização. A de Alexandre também, mas todas foram com comando e perna militar. Este é o império de uma civilização submetida ao mercado em concorrência permanente, mas, aparentemente sem comando; não consegue chegar a um acordo em medidas de caráter fundamental. Medimos a economia com um metro de borracha, mas não incidimos no preço do metro de borracha.

Não podemos intercambiar. Os latino-americanos não conseguimos encontrar um sistema de intercâmbio com as nossas moedas. Não porque não possamos, mas porque nem o discutimos sequer.

Eu tenho essa sensação: teremos que explicar por que nos integramos ou por que optamos por viver em solidão. Este é o dilema que temos. E penso novamente que eu não posso pedir às forças da economia, cegas como elas estão, concorrendo com sistemas transnacionais acurralados em seus próprios espaços, submetidos ao vai-e-vem das nossas políticas econômicas e fiscais, que nem têm sequer um termo comum. Não há um lugar nesta América comum onde discutamos orientações de política fiscal ou de futura convergência monetária para dentro de 50 anos. Não importa se o caminho for longo, o que importa é a vontade política de caminhá-lo; eis a questão.

Ao invés disso, inventamos organismos e novos organismos e, como este não funciona, inventamos outro e, quando esse se paralisa, inventamos mais um e mais um, e assim por diante. E os presidentes tiramos fotos, como uma espécie de consolo. Assim não dá. Há que ter a franqueza de se confessar porque a não integração é uma tragédia. Estar condenado a viver em solidão neste mundo onde gigantes mamutes estão se levantando é sinônimo de viver correndo grandes riscos ou de sonhar com que a história humana se purificou ao extremo de que o é governado pelos santos e não pela humanidade que conhecemos.

Resumindo: um, nenhuma batalha é mais importante em nosso porvir do que a da integração; dois, não porque assim o desejemos, mas porque temos que nos defender e se não nos defendemos com nossos vizinhos que falam a mesma língua, que têm a mesma cultura, as mesmas tradições, não sei com quem vamos nos defender; três, para o desenvolvimento de uma quantidade de aspectos, vocês já perceberam que um engenheiro ou um médico brasileiro ainda não pode vir trabalhar no Uruguai pelo preconceito de que as nossas universidades parecem pestosas? Se não conseguirmos integrar as nossas inteligências, como vamos integrar as nossas massas? Até quando vamos carregar com tal preconceito? E nos damos o luxo de que os nossos melhores cérebros sejam roubados, porque, talvez, não temos a abertura suficiente para dizer: “os médicos da América são da América”.

Precisamos fazer uma barrida geral institucional de um monte de carimbos. Os presidentes deveriam ter ao seu lado um gabinete de integração, responsável de fazer acompanhamentos permanentes. É uma das primeiras batalhas porque, se não há vontade política, não há integração. Temos que entender isto. Não serão as forças cegas da economia que nos deem integração, porque estas dependem do mundo central. Nascermos tarde; não podemos pedir o que não podem nos dar.

A evolução institucional, ali onde a industrialização foi desenvolvida, é filha desse processo, mas a nossa evolução é a contrária. Precisamos de vontade política. Se não existir vontade política, não haverá automatismos econômicos que nos ofereçam integração como um presente, porque o mundo não se soluciona buscando outros circuitos econômicos. Isto significa ter uma visão, de um lado, generosa e cuidadosa das nossas relações comerciais. A Argentina não pode ter conosco o protecionismo que tem com o resto do mundo. Posso entender perfeitamente que tome cuidado devido a certas diferenças, mas se quisermos nos integrar, precisamos ter outras regras e, entre nós, precisamos ter outras regras e cumpri-las. Temos que construir e que compartilhar. Os nossos sistemas de energias precisam ser unificados, os nossos sistemas de infraestrutura, nossas estradas, nossos rios são da América, não podem ter uma bandeira, o velho Estado não pode nos estrangular quando a batalha é a integração. Isto significa mudanças culturais também em nós.

Por isso, esta luta é difícil e dura. Não quero ser derrotista, mas os desafios são muito grandes e não há um triunfo à volta da esquina, porque isto significa uma mudança cultural. O desenvolvimento não é ser rico; o desenvolvimento é ter

independência na cabeça, mas não na cabeça de um homem, de um fenômeno. Eu explico: o Japão era uma nação feudal, totalmente feudal, mas madura. Quando os americanos desembarcaram pela primeira vez e aquele país feudal vê a qualidade do armamento que eles têm e a qualidade dos barcos, aqueles senhores feudais maduros chegam a uma conclusão: “Contra isto não podemos lutar. Há que aprender a ser melhores do que eles”. Essa é uma decisão de caráter política, que é prévia ao desenvolvimento. O desenvolvimento será consequência dessa apreciação. Então, uma nação inteira começou a aprender o que não sabia e conseguiu uma espécie de milagre.

Eu sei que a política tem limites e que a história humana não é voluntarismo político, mas nunca entenderemos a história humana se não entendermos o papel da vontade humana organizada, consequente e com uma mística pela frente. Este é o nosso maior problema: que não acreditamos em nós e que somos ferozmente dependentes. Essa dependência é de longa data, é filha do nosso padecimento histórico, é uma construção histórica. As nações e o conjunto de nações também são produto da sua gênese. Para mim, isto tem explicações, mas está em nós poder reagir. Eu pertenço a um pequeno país, quase um acidente geográfico numa esquina, por isso tenho a independência de poder gritar e dizer com força aos que são responsáveis, nunca deixarei em paz os meus compatriotas brasileiros, argentinos, colombianos; eles têm uma terrível responsabilidade, porque aqui está em jogo o porvir.

Obrigado.

- *Aplausos*

PRESIDENTE. Muito obrigado. Como dizia Chacho, sempre escutamos com muita atenção quando fala Pepe Mujica.

Gostaria de outorgar a palavra às Representações, aos senhores Representantes Permanentes. Brasil, por favor, senhora Embaixadora.

Representação do BRASIL (Maria da Graça Nunes Carrion). Muito obrigada, senhor Presidente. Esta sessão extraordinária do Comitê de Representantes da ALADI reviste para nós uma singular importância, para os trabalhos desta casa. Os pronunciamentos do presidente Mujica, de um lado; do assessor especial da Presidência do Brasil para Assuntos Internacionais, Marco Aurélio Garcia, do outro, merecem destaque em nossa organização.

Agradeço, neste sentido, a iniciativa do secretário-geral da ALADI, Carlos Chacho Álvarez, por esta conferência, que tem grande relevância pela oportunidade que nos oferece de ouvir pessoas muito importantes em cada um dos nossos países. A presença do presidente José Mujica e do professor Marco Aurélio Garcia, que há muito tempo vem colaborando com a permanente construção da política externa, inicialmente no governo de Lula e agora no governo da presidenta Dilma Rousseff, nos dá muito prestígio e estimulam os trabalhos esta Associação, sobretudo, por se tratar de grandes promotores do processo de integração regional, tendo participado ativamente na consolidação não apenas do MERCOSUL, mas também da UNASUL e da CELAC.

Sobre o presidente Mujica, não poderia deixar de registrar, além do seu alto reconhecimento internacional, o papel fundamental que exerceu constantemente no aprofundamento das relações bilaterais com o Brasil, que, pela sua qualidade e pela sua harmonia e confiança, consideramos uma relação paradigmática. Desde 2012, a

presidenta Dilma Rousseff e o presidente José Mujica acordaram que os desafios no campo das relações econômicas e políticas internacionais demandavam um novo ímpeto ao processo de integração, de forma de aumentar a capacidade dos países da região para a promoção do desenvolvimento econômico e social com redução da pobreza e a melhora da qualidade de vida para toda a população. Os presidentes reconheceram que a integração entre o Brasil e o Uruguai constituiria um importante instrumento para enfrentar com sucesso esses desafios.

Concluíram, então, em que a convergência de interesses e valores entre as sociedades dos seus países representa uma oportunidade histórica para inaugurar um novo paradigma para o relacionamento bilateral baseado na construção da confiança mútua de um projeto comum da integração profunda entre os dois países e que esta integração poderia ter a potencialidade de representar um exemplo paradigmático de um processo de integração profundo e amplo.

Por sua vez, o professor Marco Aurélio Garcia, em sua qualidade de assessor especial da Presidência da República, também um distinto acadêmico, sempre teve um papel relevante na condução de todos os aspectos políticos relacionados com o processo de integração, sendo que a sua contribuição inestimável era muito reconhecida pela diplomacia brasileira, não apenas pelo constante intercâmbio de informações que mantém com o nosso Itamaraty, mas também pela sua capacidade de colaborar com o encaminhamento positivo de diversas questões que requerem uma alta sensibilidade política, sem deixar de mencionar o fato de ele ter construído, ao longo da sua vida, uma rede de amigos no exterior que são verdadeiras pontes na formação de uma consciência cidadã capaz de refletir-se nos objetivos da integração nacional para os povos dos nossos países.

Senhor Presidente, a política externa do Brasil é guiada por um projeto permanente de inserção internacional em diferentes esferas e em diferentes regiões; no entanto, o nosso eixo principal é a América do Sul, o MERCOSUL, a União das Nações Sul-Americanas e também a CELAC. Vemos todas estas instâncias como importantes instrumentos da democracia e de prosperidade econômica, mas, sobretudo, como fundo político capaz de permitir a preservação da paz na região, que é muito importante, que não haja conflitos de tipo religiosos, étnicos, um desarme total, não há armas de destruição massivas e essa é uma condição que nos cabe preservar.

Reitero, portanto, a honra que significa receber nesta casa da integração a estas excelências, a estas pessoas maravilhosas, a quem agradeço pelas suas palavras.

Muito obrigada, Presidente; muito obrigada, Marco Aurélio; muito obrigada, Chacho Alvarez.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Embaixadora. A Colômbia pede a palavra. Por favor, Embaixador.

Representação da COLÔMBIA (Alejandro Borda Rojas). Muito obrigado, senhor Presidente. Muito obrigado ao ex-presidente José Mujica. Como sempre, escutá-lo é um desafio à inteligência. Sem dúvida, suas palavras nos levam, mais uma vez, a uma profunda reflexão sobre o futuro da integração. Muito obrigado ao professor Marco Aurélio Garcia pela sua palestra. Muito obrigado ao secretário-geral pela iniciativa de convocar esta sessão extraordinária do Comitê de Representantes da ALADI.

No entanto, senhor Presidente – e eu retomo as palavras do professor Garcia – eu não estou de férias e, nesse sentido, não quero que o meu silêncio de comentários seja interpretado como falta de interesse no que foi dito. Em uma sessão formal,

extraordinária do Comitê de Representantes, não posso abandonar minha condição de representante oficial do governo da República da Colômbia. Qualquer reflexão que eu possa fazer aqui estaria refletindo a posição do meu governo e eu teria querido me expressar em um âmbito acadêmico, porque o que eu senti hoje foi um ambiente de reflexão acadêmica, mas, claro, também de política, Presidente Mujica.

Por favor, entenda que o silêncio da Delegação da Colômbia obedece a que não posso abandonar a minha condição de representante oficial, mas isso não quer dizer que eu não transmita ao meu governo as ricas reflexões de hoje e o agradecimento imenso pelo que hoje ouvimos de vocês.

Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, senhor Embaixador. México, por favor.

Representação do MÉXICO (Alejandro de la Peña Navarrete). Obrigado, Presidente.

Para o México, é também uma honra estar aqui e, pessoalmente, foi um privilégio ter escutado tanto o ex-presidente, agora senador, Mujica, como o meu muito prezado professor Marco Aurélio, com quem tive o prazer de ter vários encontros em Brasília durante a minha comissão lá.

É muito difícil para quem fala solicitar a palavra depois destas duas palestras. Mas gostaria de compartilhar – porque essa é uma paixão muito velha que eu tenho e agora o senador Mujica voltou a acendê-la – que em 1853, se eu lembro direito, o comandante Perry bombardeou o Japão. Sempre me chamou a atenção o Japão, que o senhor resumiu em algumas palavras: um mundo feudal muito consolidado, mas feudal no fim das contas, que disse “tenho que aprender porque se não eles me comem”, e já estavam os comendo com bombas e com barcos de vapor que, com vento em proa, os pobres japoneses não podiam sequer perseguir.

Tempo depois, em 1903, a primeira civilização branca foi derrotada pelos japoneses: a Rússia zarista. Eles perdem a primeira guerra mundial, se levantam; perdem a segunda guerra mundial, se levantam de novo. Por isso, compartilho essa visão e por isso me apaixono: o que acontece conosco, com a América Latina? Temos tudo, tudo o que o Japão não tem, em recursos energéticos, alimentos, água, tudo; porém, fazendo um pouco de memória, se lembro direito, já em 1940 a Argentina e o Brasil estavam fazendo um acordo voltado para um mercado comum; depois, tentamos com o ABC (Argentina, Brasil e Chile); depois, tentamos com a ALAC; depois, com o Tratado de Montevideu 1980, que, curiosamente, já não falava de associação de livre comércio, mas de integração, e aqui estamos, com menos de 19% de comércio entre nós e diminuindo.

A minha pergunta, ou reflexão, é, o que nos faltou? Em grande medida, a minha pergunta já foi respondida: vontade política, mais habilidade, mas inteligência, mas agora, que temos anos difíceis pela frente, que os preços das commodities e do petróleo caíram, que há uma desaceleração da China, etc., não podemos fugir do planeta, temos que continuar navegando aqui. Então, a minha intervenção tem, principalmente, o propósito de ouvir de um ou do outro, ou dos dois, qual o caminho que vocês consideram que teríamos que seguir para melhorar a situação da integração latino-americana. Já foi mencionado um maior conteúdo político, mas, por exemplo, em que áreas, foi mencionado também um nacionalismo regional, não sei, se pudessem esclarecer um pouco mais, eu agradeceria.



Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, senhor Ministro de la Peña. A Argentina pede a palavra. Por favor, senhor Representante Permanente interino.

Representação da ARGENTINA (Rubén Javier Ruffi). Obrigado, Presidente. Em primeiro lugar, somo-me às palavras dos que me antecederam para agradecer a presença do presidente Mujica e de Marco Aurélio Garcia.

Como mencionou o secretário-geral ao começo da reunião, a ideia disto não era dar a formalidade de intervenção, mas de aproveitar a presença dos senhores para fazer consultas refletir mais. Nesse sentido, gostaria de retomar um pouco as palavras do representante do México e abordar essa consulta que também tínhamos na Representação da Argentina.

Marco Aurélio Garcia dizia que, em 2003, ocorreu o esgotamento das políticas de ajuste nos países da região e que a agenda interna, de forte conteúdo nacional, estava vinculada ao processo de integração, onde a diferença do que aconteceu em outras épocas e em outros lugares não eram fenômenos excludentes, mas complementares. Tanto Chacho Alvarez quanto Marco Aurélio assinalavam que estamos perante um novo contexto da integração regional, com novos desafios, talvez a partir da crise de 2008.

A pergunta é a seguinte: para o caso do MERCOSUL e da ALADI, entendemos que estamos em um processo maduro de integração, onde a ideia principal é a solidariedade e a igualdade entre os membros destes processos e o MERCOSUL, em particular, não ficou parado, mas avançou; avançou na ampliação com a incorporação da Venezuela e, agora, com a incorporação da Bolívia e avançou no aprofundamento renovando o FOCEM, fundos de convergência estrutural, agenda de integração produtiva, dimensão política e social da integração – Marco Aurélio Garcia também nos dizia que não ficássemos na integração comercial, mas que avançássemos para uma integração com processos de desenvolvimento e inclusão social para as nossas populações.

Portanto, esta nova agenda tem também uma parte de articulação. Marco Aurélio comentava que o MERCOSUL não se podia limitar ao comercial e havia que procurar novos cenários e novos âmbitos de integração. O presidente Mujica também falou em novos espaços que tinham sido conformados na região. Nesse sentido, havia uma articulação e uma complementação entre o MERCOSUL, por um lado, e a UNASUL e a CELAC, pelo outro. Temos manifestações de toda a América Latina e o Caribe no âmbito da CELAC da necessidade de avançar para um novo sistema financeiro internacional, com mais transparência e mais regulações dos fluxos financeiros e, portanto, é uma amostra de que o fator nacional novamente se complementa com a visão do processo de integração regional. A pergunta é relativa ao que o México afirmava, quais os pontos da agenda temática em que o MERCOSUL, por um lado, a ALADI, por outro, a UNASUL, a CELAC, isto é, a América Latina e o Caribe, têm de se focar no curto e no médio prazo perante este novo cenário? Quais seriam os elementos desta agenda que deveríamos priorizar no curto prazo para avançar no processo de integração? Essa seria a pergunta.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Ministro Ruffi. Por favor, senhor Secretário.

Não havendo mais intervenções ou perguntas, eu queria solicitar aos senhores, após responderem a essas perguntas, alguns minutos para encerrar suas

apresentações. Quero pedir ao companheiro Mujica, Presidente, uma resposta às perguntas e uma reflexão final.

JOSÉ MUJICA CORDANO. Nós não podemos estabelecer uma agenda ou uma receita. Fui falar com o papa. Eu não sou crente. Sabem para quê? Fui pedir para ele apodrecer a cabeça dos presidentes latino-americanos, pelo menos com seu rosário, para eles prestarem atenção para este fenômeno da integração porque eu sei como ele pensa. O Papa é latino-americano, ele era amigo de Tucho Methol Ferre, um compatriota nosso, sonhador da integração – “diga-me que amigos você tem e eu terei uma ideia do que você pensa” –, ele tem uma influência indireta poderosa, um discurso de agitação por toda a América Latina.

Creio que temos que discutir se este é um fenômeno, primeiro, de vida ou morte para o futuro. Se não estivermos convencidos das direções políticas do nosso continente, não esperemos da integração. Temos que ter a capacidade de transmiti-lo; a agenda será resultado disso. Qualquer um de vocês, se debaterem, encontrarão a agenda. Porque não podemos estabelecer um programa de prioridades para todas nossas relações, para a integração das nossas universidades, para a pesquisa? Ou não sabemos o que temos? Primeiro, necessitamos vontade política para fazer isso e são os governos que têm que fazê-lo. Os governos tem que fazer isso deliberadamente e engajar-se; não podem esperar a autonomia da evolução das forças econômicas por ela própria.

Não que a economia não tenha importância, mas não podemos reduzir este fenômeno da integração a uma questão fenícia; precisamos ser um pouco mais romanos: olhar para a globalidade de tudo isto. Obviamente, precisamos de dinheiro, de negócios, de dólares. Tenham certeza de que apenas pelo caminho dos negócios isto não funciona; pelo caminho dos negócios é o que já fizemos até hoje na América Latina e temos que complementar os negócios com uma dose de política deliberada que tem que estar a cargo dos governos.

A primeira tarefa é convencer os nossos governos, os nossos partidos políticos de direita, de esquerda ou de centro porque, se quisermos ir ao fundo da questão, a ideia que se tem é que os progressistas são “aqueles dos que eu gosto”: isto é outro erro histórico. Temos que perceber que este é um problema global, temos que debater e conseguir políticas em comum com aqueles que brigamos por questões nacionais. Se não, não há integração. Isto é como construir um prédio difícil, que leva tempo e que é um projeto deliberado, porque este prédio tem que abrigar os nossos filhos, amparar nossos filhos, porque temos que fazer frente a gigantescos futuros, a seres multinacionais, que estarão nas regras deste mundo e nós temos que construir o nosso abrigo.

Para mim, não há tarefa mais importante do que a política: convencer. Todos pertencemos a partidos, pertencemos a autoridades, a isto ou àquilo. Se isto ficar nos especialistas, naqueles que leem dois ou três jornais, faremos discursos bonitos, mas precisamos penetrar no seio das nossas sociedades; é isso o que eu estou criticando. Pertencço a um partido grande, mas nunca vi manifestações populares reivindicando a integração; nunca vi estádios levantados pela integração. O que eu vejo são massas que reclamam pela saúde, por um melhor transporte, por melhor salário, pelo orçamento, mas não entendem que o orçamento do futuro, o salário e a atenção da saúde dependem da nossa capacidade de defendermo-nos com integração. Isso é uma construção intelectual que precisamos que chegue ao povo, porque se não tem apoio, não tem sucesso.

Eu posso estar errado, por isso fiz esse esclarecimento quando comecei. É possível que eu esteja sentindo o peso de uma longa viagem, mas a política faz sentido se tiver essas coisas. Isto é uma utopia de porvir; é pensar em um mundo que não iremos viver, mas construir ferramentas para este mundo. Não é fácil. Nós podemos melhorar com um pouco de vontade política o intercâmbio com qualquer país. Eu me dava muito bem com Dilma e encontrei uma ótima companheira na mesa de negociação, mas, quando ele for embora, quem fica? E, em meu lugar, quem vem depois? Se abaixo existirem correntezas se movimentando, que tiverem peso, isto vai além da bonomia dos indivíduos. Eis a questão.

Eu vejo isto como uma época; não se soluciona com um problema na agenda; este é o problema da época em que vivemos, é como ser ou não ser. De repente, estou fazendo muito ou, de repente, estou pedindo à realidade algo que ela não pode me dar. Eu posso estar errado, mas sinceramente transmito o que eu sinto. Professor, o senhor que é mais racional que eu e que está de férias... (*risos*).

MARCO AURÉLIO GARCIA. Eu creio que nós, sempre, quando trabalhamos temas de política externa e temas da integração, estamos confrontados com uma questão que considero clara. É compreensível que as questões de política externa e, em particular, as questões de integração sejam essenciais para a definição de um projeto nacional dos nossos países.

Eu não vejo a política externa de um país simplesmente como um esforço de projeção internacional desse país, mas como um elemento essencial para esse país se construir ele próprio. Essa visão, por exemplo, foi muito importante no processo de construção da União Europeia. A U.E., ao início Mercado Comum Europeu, a Europa dos 6, aparentemente criada após grandes problemas de natureza econômica, mas, na realidade, a questão fundamental era como impedir que essa tragédia europeia que se desenvolvia desde 1970, agravada entre 1914 e 1918, e mais ainda nos fins dos anos 30 e começos dos anos 40, se repetisse.

Sem termos a mesma dramaticidade, creio que a experiência europeia ajudou muito a que fôssemos pensando os nossos projetos de integração. Passados anos da experiência europeia e, sobretudo, quando vemos que ela está enfrentando dificuldades tão grandes em temas econômicos, temas monetários, etc., de qualquer forma, há um saldo positivo. A Europa soube, além dos enormes problemas que ela tem e que terá no futuro, com base em como os fatos vêm se desenvolvendo, a Europa nos oferece uma ideia de um novo equilíbrio entre soberania nacional e integração. Essa é sempre uma questão muito complexa, muito difícil de resolver.

Quando trabalhamos no projeto da UNASUL, e eu estive com muitos outros na Comissão que preparou o primeiro documento sobre a UNASUL durante alguns meses, creio que percebemos algo: que a região era muito diferente, que havia, para além de alguns processos que caminhavam em certa direção, outros que caminhavam em outra direção e que seria de importância fundamental que nós, antes de tudo, víssemos quais os problemas que nos uniam, que tivéssemos a capacidade de definir algo que creio que ficou definido, que a UNASUL devia buscar a unidade na diferença, uma unidade que permitisse que, nesse momento, atingíssemos um acordo.

Houve uma sensibilidade muito grande a respeito disso pela parte de todos os presidentes, sem exceção. Eu lembro que, no âmbito da UNASUL, a constituição do Conselho de Defesa Sul-Americano foi um tema de difícil tratamento. Tivemos um acordo bastante importante. Lembro que o último país com o qual discutimos isso foi a Colômbia. A reação do presidente Uribe foi muito positiva; obviamente ele defendeu o que ele considerava que eram os interesses da Colômbia, mas teve sensibilidade

bastante para compreender a importância de uma articulação diferente. Digamos que com o presidente Uribe houve, muitas vezes, da parte de alguns países da região, dificuldades normais, e foi uma lição extraordinariamente importante. Isso ficou e nos permitiu, em outras circunstâncias, avançar.

Não medimos todas as consequências desse avanço que tivemos em certo momento e não percebemos como a UNASUL sobreviveu a mudanças políticas internas importantes em alguns dos países. Isso significou concretamente que talvez nós, sobretudo aqueles mais envolvidos na formação da UNASUL, não percebemos a importância que tinha esse projeto. Isto é um tema relevante.

A segunda questão foi manifestada pelo Pepe. A integração tem de ser alguma coisa que as pessoas possam constatar. Se não se materializa, o debate vira debate ideológico, como está acontecendo em vários países. Muitas vezes, vejo discussões sobre opções de integração que estão muito longe dos verdadeiros interesses dos países. Isto é, a integração tem de ter um significado, como creio que teve para o povo de Assunção, que conseguiu ter eletricidade sem problema, ou no Uruguai, onde a integração permitiu muitas coisas. Deveríamos ter muitos exemplos; infelizmente, temos poucos. Portanto, a integração tem de se materializar em iniciativas concretas, tem que ter materialidade porque, se não, o debate sobre a integração será um debate ideológico, e o debate ideológico não é um debate que os governos estejam, hoje em dia, em condições de ganhar. Quem ganha os debates ideológicos são os poderes fáticos e não aqueles que emergem da soberania popular.

Finalmente, penso que deveríamos priorizar algumas questões. O tema da infraestrutura é prioritário no momento atual. A última reunião do MERCOSUL foi nessa direção: priorizar a dimensão da integração produtiva. Isso terá, obviamente, consequências muito fortes no âmbito da ciência, tecnologia e inovação. Em dez anos não vamos recuperar o tempo perdido, mas podemos fazer algumas opções que signifiquem que alguns países, ou todos, principalmente os mais fortes, possam desenvolver iniciativas.

Um exemplo claro: o acordo automotivo no MERCOSUL é um acordo importante. Seria valioso exigir, em toda a América do Sul, o desenvolvimento de iniciativas no setor *autopeças*. Hoje em dia, esse setor nos margina, porque cada vez mais as nossas empresas automotivas estão se transformando em montadoras. O que se faz é uma montagem de peças já prontas e sobre as quais temos praticamente zero controle. Teríamos de desenvolver alguma discussão que nos permitisse identificar quais os eixos de uma integração produtiva, além da questão de infraestrutura, que não apenas unisse os nossos países, os grandes, os pequenos, mas que também incentivasse um processo de inovação na região.

Obviamente, também acredito que, sem fazer da vontade política um tema absoluto, porque se trata de um assunto fundamental, creio que, hoje em dia, temos um déficit muito grande de discussão política sobre a integração. Não temos sequer um leque de opções muito claras nessa linha. Seria de grande utilidade discutir qual o lugar efetivo que a região tem no mundo. A ALADI tem condições privilegiadas para fazer isso, pois concentra inteligência e representação política. Não pretendo que alcancemos uma visão comum no curto prazo, mas que, pelo menos, contemos com um repertório de alternativas de integração da região no mundo frente aos grandes blocos que vêm se desenvolvendo e que estão passando por mudanças muito importantes. Nós sabemos exatamente qual a relação que a nossa região tem com os Estados Unidos, por exemplo, mas os Estados Unidos não sabem qual a relação que eles têm conosco. Eles têm uma posição puramente reativa com relação à América Latina que é histórica, pode ser boa ou ruim, mas é reativa. Nós temos clara a nossa

relação com a União Europeia. Agora estamos confrontados na discussão do acordo União Europeia-MERCOSUL e o atraso que houve durante um bom período estava relacionado com o fato de que nós não tínhamos muito claro qual era a significação e o interesse.

Em terceiro lugar, a China. Em certo momento, alguns viam na China uma grande oportunidade. Atualmente, estão começando a ver que a oportunidade não é tão grande, mas o fato de que essa percepção exista não significa que rejeitemos a grande possibilidade que representa uma aproximação da China.

Menciono estes três fatores, mas há outros. Seria de grande importância poder levar adiante, em nosso espaço latino-americano, uma discussão para termos maior clareza sobre o nosso lugar no mundo, sobre quais as oportunidades, os riscos que existem. Seria fundamental para os processos de integração.

Quero agradecer muito as palavras de todos os diplomatas que aqui se manifestaram, em particular, do meu amigo do México, que não apenas permitiu uma boa convivência, mas que me presenteou com uma magnífica coleção de filmes de Cantinflas, o que para mim é ótimo.

Obrigado.

- *Aplausos*

PRESIDENTE. Muito obrigado aos ilustres convidados, senador e ex-presidente da República, José Mujica, e professor Marco Aurélio Garcia. Temos o desafio, na ALADI como lugar privilegiado, de discutir o lugar no futuro do mundo latino-americano e de assumir como próprio o desafio de criar uma vontade política para conseguir a integração dos nossos países, necessária para defender o nosso futuro, o futuro dos nossos filhos.

Convido os senhores Representantes Permanentes e Alternos para uma foto recordatória desta sessão extraordinária e para um coquetel de honra. Obrigado.

- *Foto recordatória*

- *Encerra-se a sessão*